

**Despacho n.º 30360/2007**

Pelo Despacho n.º 23 286/2007, publicado no DR, 2.ª série, de 10 de Outubro, foi nomeado para o cargo de direcção superior de 1.º grau de Director-Geral dos Impostos o Prof. Doutor José António de Azevedo Pereira.

Assim, e considerando a competência atribuída aos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, designadamente, no que respeita à elaboração dos planos de actividade e respectivo controlo e avaliação, ao acompanhamento e avaliação sistemática dos serviços e à elaboração de planos de acção que visem o aperfeiçoamento e a qualidade dos serviços, através da definição de metodologias de melhores práticas de gestão e de sistemas de garantia de conformidade face aos objectivos exigidos e que o universo de funcionários da Direcção-Geral dos Impostos, ascende a cerca de 11 100, reconheço estarem verificadas as condições estabelecidas no n.º 4 do n.º 3 da Portaria n.º 132/98, de 4 de Março, na redacção dada pela Portaria n.º 1001-A/2007, de 29 de Agosto, para a atribuição ao Prof. Doutor José António de Azevedo Pereira do suplemento previsto na citada portaria, com efeitos à data da respectiva nomeação.

26 de Dezembro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

**Direcção-Geral dos Impostos****Aviso (extracto) n.º 26313/2007**

Por despacho da Subdirectora-Geral, por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos de 30 de Novembro de 2007, é celebrado contrato administrativo de provimento, para realização de estágio da categoria de Jurista da carreira de Investigador Tributário do quadro de pessoal da DGCI, com a licenciada, Helena Isabel Batista Ferreira, ficando colocada nos Serviços Centrais, Centro de Estudos Fiscais, sendo remunerada pelo escalão 1 índice 455.

30 de Novembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 26314/2007**

Por despachos do Senhor Presidente do Instituto de Informática, e da Subdirectora Geral por delegação de competências do Director Geral dos Impostos, de 16/10/2007 e de 13/11/2007, respectivamente, foi autorizada a requisição para a DGCI do especialista de informática José Joaquim Mendes Alves, do quadro de pessoal do Instituto de Informática nos termos do n.º 6.º da lei 53/06, de 7 de Dezembro, com afectação à Direcção de Finanças de Aveiro com efeitos a 1 de Dezembro.

7 de Dezembro de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Direcção-Geral do Orçamento****Despacho n.º 30361/2007**

I — Através do aviso n.º 15671/2007 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 27 de Agosto, e publicitado no jornal *Correio da Manhã*, de 30 de Agosto, do mesmo mês e ano, e divulgado na bolsa de emprego público em 30 de Agosto do corrente ano, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau de chefe de divisão de Acompanhamento do Ministério da Defesa Nacional da 2.ª Delegação, do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral do Orçamento.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de chefe de divisão de Acompanhamento do Ministério da Administração Interna da 2.ª Delegação, do quadro da Direcção-Geral do Orçamento, José de Matos Leitão com os seguintes fundamentos:

1 — Detém ampla experiência na preparação do Orçamento do Estado e na execução dos serviços integrados e dos serviços e fundos autónomos.

2 — Possui conhecimento e experiência na análise de projectos de diplomas legais e prática como utilizador dos sistemas de informação da Direcção-Geral do Orçamento.

3 — Demonstra possuir excelente capacidade de liderança, gestão, inovação e motivação de equipas, para efectuar e promover trabalho em equipa e espírito de iniciativa orientado para objectivos práticos.

III — A presente nomeação, que tem cabimento orçamental no orçamento da Direcção-Geral do Orçamento para 2007, e produz efeitos a partir da data do presente despacho.

IV — Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se a nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

7 de Dezembro de 2007. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

**Nota curricular**

José de Matos Leitão, casado, natural de Aranhas, concelho de Penamacor, nascido em 1 de Janeiro de 1951.

Habilitações académicas: 2º ano completo da Secção Preparatória para o Instituto Superior de Economia e Finanças do ex-Instituto Comercial e frequência do 1º ano do actual Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Formação complementar:

Estágio em Bruxelas em 1985 em diversos Serviços Comunitários.

Cursos de Aperfeiçoamento de Francês, de Preparação Pedagógica de Formadores e de Gestão por Objectivos.

Acções de Formação sobre Contabilidade Geral, Aspectos Teóricos — Práticos do POCP e Finanças Públicas.

Frequência de Workshops sobre Análise das Demonstrações Financeiras elaboradas em POCP, Impacto dos diplomas da Reforma da Administração Pública a nível interno e na missão da DGO e Projecto “RIGORE” (POCP) e a gestão da mudança.

Actividade profissional:

A) Na Direcção-Geral do Orçamento

Director de Contabilidade, na 8ª Delegação junto do MADRP de 7 de Julho de 1994 a 26 de Outubro de 1995 e de 10 de Março de 2001 a 31 de Março de 2007.

Chefe de Divisão de Contabilidade, de 5 de Março de 1992 a 6 de Julho de 1994 e de 1 de Abril de 2007 até à presente data.

Subdirector de Contabilidade, de Setembro de 1989 a Março de 1992  
Perito Contabilista de 1ª classe, Perito Contabilista de 2ª classe, Técnico Contabilista de 1ª classe, técnico Contabilista de 2ª classe, Secretário Contabilista de 3ª classe e 3º oficial, no período de Dezembro de 1971 a Setembro de 1989.

Monitor de diversos cursos de reciclagem e aperfeiçoamento profissional.

Exercício de funções nas correspondentes Delegações de Contabilidade junto de diversos Ministérios.

B) Fora da Direcção-Geral do Orçamento

Deputado à Assembleia da República de 27 de Outubro de 1995 a 24 de Outubro de 1999, de 28 de Outubro de 1999 a 9 de Março de 2001 e de 1 de Setembro de 2001 a 7 de Janeiro de 2002.

Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade de 25 a 27 de Outubro de 1999 e de 10 de Março a 30 de Setembro de 2001.

Vereador na Câmara Municipal de Almada de Janeiro de 1998 a Janeiro de 2002.

Delegado da DGCP no Conselho Administrativo do Serviço Nacional de Protecção Civil, de Abril de 1992 a Outubro de 1995.

Monitor de cursos de formação no Serviço de Luta Anti-Tuberculose, na Direcção-Geral de Viação, na Direcção-Geral de Transportes Terrestres e na Direcção-Geral das Alfândegas.

Louvor de S. Ex.ª o Ministro do Trabalho e da Solidariedade em Setembro de 2001 pelo desempenho do cargo de Adjunto de Gabinete.

**Inspeção-Geral de Finanças****Despacho (extracto) n.º 30362/2007**

Por despacho do Inspector-Geral de Finanças de 04-12-2007:

1. Nos termos do artigo 21.º, n.º 8, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2. Tendo em conta os resultados da avaliação curricular e da entrevista pública dos candidatos relativos ao procedimento concursal para nomeação em regime de comissão de serviço no cargo de direcção intermédia de 1.º grau de um Director de Serviços Administrativos, a que se refere o Aviso n.º 14 144/2007, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 149, Parte L, de 3 de Agosto de 2007, foi nomeada a candidata que apresenta o melhor perfil para o exercício do cargo a prover, Dr.ª Elisabete Ribeiro Segurado, com efeitos a 17 de Dezembro de 2007 e com os seguintes fundamentos:

a)- Possui uma vasta e especializada formação profissional nas áreas de actuação do cargo a prover decorrente da sua experiência profissional,

quer no cargo de directora de serviços, quer no de chefe de divisão que vem exercendo;

b) Possui experiência de direcção nas funções do cargo a prover, dadas as funções de direcção que desenvolveu nos últimos anos, nomeadamente, enquanto Directora de Serviços e de Chefe de Divisão de Gestão Financeira, na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

c) Detém um conjunto muito relevante de experiências e de conhecimentos relativos às reformas em curso da Administração Pública e ao controlo de gestão da execução orçamental dos serviços públicos, que se revelam cruciais para o desempenho do cargo a prover;

d) Demonstrou possuir um conjunto valioso de factores necessários ao desempenho de funções de dirigente no que respeita a capacidade de liderança, espírito de iniciativa orientado por objectivos práticos, de gestão de motivações e de definição de objectivos;

f) Evidenciou uma grande capacidade para trabalhar e promover o trabalho em equipa, elemento fundamental na área de actuação do cargo;

g) Revelou ainda grandes capacidades em matéria do recurso a sistemas de informação informatizados e à utilização com grande eficiência das ferramentas e aplicações informáticas disponíveis na IGF, como é especialmente requerido para o eficaz e eficiente desempenho do cargo a prover.

### **Currículo académico e profissional**

#### Identificação:

Nome — Elisabete Ribeiro Segurado;  
Estado civil — Divorciada;  
Data de nascimento — 02-06-1964.

#### Habilitação académica:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pela Universidade Moderna, concluída em 1995.

#### Formação profissional

- curso de Alta Direcção em Administração Pública (CADAP), ministrado pelo INA no ano lectivo de 2004-2005, com a classificação de 15 valores;  
- curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental, pelo ISEG, concluído em Março de 2002;  
- Frequentou ainda diversas acções de formação e seminários em matérias relacionadas com as áreas funcionais do cargo a prover, designadamente com as de informática e de contabilidade e gestão.

#### Experiência profissional:

- Em 28-02-97 foi nomeada Técnica Superior Estagiária de 2.ª Classe, do quadro da Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo — Sub-Região de Setúbal;  
- Em 23-04-98, nomeada técnica superior de 2.ª classe;  
- Em 16-04-2001, nomeada técnica superior de 1.ª Classe;  
- De 16-06-2003 a 01-03-05, chefe de Divisão de Gestão Financeira, em regime de substituição;  
- De 01-03-2005 a 16-02-2006, chefe de divisão de Gestão Financeira, em comissão de serviço, da Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo — Sub-Região de Setúbal;  
- De 16-02-2006 a 7-03-2007, Directora de Serviços da Direcção de Serviços Financeiros da ARSLVT, em regime de substituição;  
- Foi responsável pelo controlo financeiro de vários Projectos/programas; designadamente: Projecto Saber/Saber, da Comissão Nacional da Luta Contra a SIDA; Programa PAII — Programa de Apoio Integrado a Idosos; Programa de Promoção de Saúde Oral nas crianças e adolescentes;  
- Integrou vários grupos de trabalho, como representante da Sub-Região de Saúde de Setúbal, designadamente: Grupo de Trabalho de Apoio à Normalização Contabilística, a nível regional; Grupo de Trabalho para introdução do Euro na Administração, a nível regional; Grupo de Trabalho para autorização de uso e controlo de etiquetas do Serviço Nacional de Saúde; Grupo de trabalho de desenvolvimento do “Manual de Procedimentos Administrativos da Sub-Região de Saúde de Setúbal”.

11 de Dezembro de 2007. — O Inspector-Geral de Finanças, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

## **MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

### **Despacho n.º 30363/2007**

Pela Resolução do Conselho de Ministros de 31 de Outubro de 2007, foi nomeado, sob proposta do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro da Administração Interna, o Doutor em Direito Domingos Pereira de Sousa para o cargo de vogal executivo do conselho de administração da EMA — Empresa de Meios Aéreos, S. A.

Tendo sido requerida a autorização para acumulação de funções executivas com a actividade de docência, nos termos do disposto no artigo 20.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, determina-se o seguinte:

1 — Autoriza-se a acumulação de funções por parte do Doutor em Direito, Domingos Pereira de Sousa, Vogal Executivo do Conselho de administração da EMA — Empresa de Meios Aéreos, S. A., com o exercício de funções docentes e de membro do conselho científico da Faculdade de Economia e Gestão e do Instituto Superior de Ciências da Administração da Universidade Lusófona.

2 — A presente autorização produz efeitos desde 31 de Outubro de 2007.

3 de Novembro de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

## **MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA JUSTIÇA**

### **Portaria n.º 1216/2007**

Através da Portaria n.º 1845/2006, de 21 de Junho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 7 de Dezembro de 2006, o agrupamento de entidades adjudicantes constituído por vários organismos do Ministério da Justiça ficou autorizado a iniciar um procedimento de concurso público tendo em vista a aquisição de serviços de comunicações electrónicas de transmissão de dados e acesso à Internet, até ao montante de € 15 366 942,00 (quinze milhões, trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo período de três anos, tendo-se procedido à repartição da despesa pelos diversos organismos nos anos de 2006, 2007 e 2008, respectiva distribuição e escalonamento.

Considerando que (i) o processo de concurso foi concluído em 2007, prevendo-se agora que a referida contratação a três anos (36 meses) vá ter reflexos a partir do ano económico de 2007 e nos anos económicos de 2008, 2009 e 2010, data previsível para a conclusão dos 36 meses de vigência do contrato, que (ii) os montantes efectivamente a despender se revelam muito inferiores aos inicialmente previstos e que (iii) o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) determinou a extinção ou reestruturação de alguns dos organismos do Ministério da Justiça, torna-se necessário rever a Portaria n.º 1845/2006, de forma a adequá-la a esta nova realidade.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Justiça, o seguinte:

#### Artigo 1.º

O n.º 1 da Portaria n.º 1845/2006, de 21 de Junho, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 235, de 7 de Dezembro de 2006, passa a ter a seguinte redacção:

1 — Fica autorizado o agrupamento de entidades adjudicantes constituído pelo Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I.P. (ITIJ), na qualidade de representante do agrupamento, a Secretária-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ), a Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ), a Direcção-Geral de Política da Justiça (DGPJ), a Direcção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ), o Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL), a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), a Direcção-Geral da Reinserção Social (DGRS), o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. (IRN), o Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas na Justiça, I.P. (IGFIJ), o Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. (INML), a Polícia Judiciária (PJ) e o Centro de